



**DAS TERRAS DO UNA À CORTE:
ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS
UM ANTI-PODER MODERADOR NO SÉCULO XIX**

***FROM THE LAND OF UNA TO THE COURT:
ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS
A MODERATING ANTI-POWER IN THE 19TH CENTURY***

Antonio Jorge Souza Amorim¹

RESUMO: Advogado, legislador, ministro e presidente de províncias, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) teve sua vida e pensamento devassados por variada literatura. Nosso propósito aqui é ter essa literatura como esteio para analisar o papel do notório Conselheiro Zacarias durante o século XIX com o fim de compreender a sua relevância quanto à defesa da limitação da centralidade do Poder Moderador. Além disso, realçar a história local integrada à história estadual, nacional e geral é tarefa deste trabalho científico, que busca ainda trazer à importância a biografia histórica como viés historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; História; Local; Política.

ABSTRACT: Lawyer, legislator, minister and president of provinces, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) had his life and thought permeated by varied literature. Our purpose here is to have this literature as a mainstay to analyze the role of the notorious Counselor Zacarias during the 19th century in order to understand its relevance in defending the limitation of the centrality of the Moderating Power. In addition, highlighting local history integrated with state, national and general history is the task of this scientific work, which also seeks to highlight the importance of historical biography as a historiographical bias.

KEYWORDS: Biography; History; Location; Policy.

INTRODUÇÃO

Seja por visão histórica, antropológica e política, ou para ter mais exatidão por determinadas linhas das ciências humanas (história, antropologia e ciência política), a biografia tem se afastado de panegíricas visões para incrementar estudos excluídos de parcialidades totais, tendo afinidade com análises de amostragens humanas gerais.

Não quer isto dizer que ao biografar alguém os julgamentos escapam (LEVILLAIN, 2003, pp. 174-175), o que é legítimo ao pesquisador quando este não tendência

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa-Portugal. Graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: amorindoporto@hotmail.com



exageradamente. Ora, dissecar as vísceras humanas, metaforicamente falando, é a tarefa para investigar a grafia da vida tanto de anônimos quanto de personalidades.

Quando se retratam características e ações de um indivíduo, ao julgar ser mais relevante a tentação criadora do que o que pode considerar pouca reunião documental, o risco de construir ficções (LEVILLAIN, p. 155), heroificações, satanizações ou santificações é oceanicamente vasto. Atender ao canto da sereia para a obra ser um efêmero *best seller* traz “só” dinheiro e fama.

Além de citar fatos com profundidades antropológicas, psicológicas e sociológicas, ante um contexto geográfico-histórico, o estudo do *uno* requer compreender o *plural* para deste voltar ao uno, ocorrendo a redescoberta da biografia através das experiências subjetivas (LORIGA, 1998, p. 225). Via de regra, escrever a vida individual é problematizar o factível a partir de base documental variada (iconográfica, escrita e oral).

Recorrer à trajetória individual é cavoucar as entranhas de uma pessoa que viveu e conviveu em um local diante de um contexto específico, único. Influências do *locus* territorial/demográfico, do tempo mutável e protetor de inovações e tradições, dos comportamentos, gestos e falas amalgamados constituem adições para a peculiaridade da biografia que se sobressai.

Isto é propor à biografia historicidade e ser considerada viés historiográfico ao utilizar, de acordo Schmidt (2012, p. 195), procedimentos de pesquisa e narrativas específicas para explicar o passado no qual o/a biografado/a vivem e convivem, assim como o meio. Deste trampolim científico se pulou à escolha da pessoa de Zacarias de Góes e Vasconcelos².

Amplamente, estudos acerca da sua trajetória foram destrinchados, chamando ao destaque o de Tulio Vargas, *O Conselheiro Zacarias* (1977); o prefácio biográfico, incluído no trabalho *Da natureza e limites do Poder Moderador*, feito por Pedro Calmon (1978); e o organizado por Cecília Helena de Salles Oliveira (2002) intitulado *Zacarias de Góis e Vasconcelos*.

Aquele primeiro teve sua publicação no centenário de morte de Zacarias (1877-1977), em que nele loas ascendem mais à figura do conselheiro, destacado como político habilidoso, experiente tanto no legislativo como no executivo. Tulio Vargas publicou *O Conselheiro*

² Há grafias como Zacharias de Góis e Vasconcellos.



Zacarias na iminência da anistia durante o governo Geisel, a “distensão lenta e gradual” e o crescimento da oposição (MDB) no congresso nacional.

Não à toa a alusão biográfica a Zacarias de Góis e Vasconcelos, opositor ao Poder Moderador durante o Segundo Reinado, mesmo tendo sido escolhido por dom Pedro II para a presidência do gabinete ministerial. Possivelmente, além de seu interesse bairrista em destrinçar a vida do político que instalou a província do Paraná, em 1853, o jurista e político paranaense expôs o papel importante do legislativo como oposição crítico-responsável.

A síntese da grafia da vida de Zacarias descrita por Pedro Calmon, professor, político, escritor e reitor da Universidade do Brasil, encimando a obra do próprio conselheiro reeditada em 1978 pelo senado federal, acompanha a linha de raciocínio do momento político do Brasil no final dos anos 1970. Calmon teve a cautela da escrita em destacar o papel político de Zacarias e, simultaneamente, sua vida pessoal desde Valença, Bahia.

A linguagem que Calmon antecipa *Da natureza e limites do Poder Moderador* é detalhada quanto a Zacarias, colocando-o como minucioso biógrafo. A historiadora Cecilia Helena de Salles Oliveira, mais recentemente, interessou sua obra *Zacarias de Góis e Vasconcelos* para estudar o indivíduo passeando em uma escrita objetiva, profunda e levantando pontos acerca da atuação do conselheiro. Introduzindo a obra *zacariana*, Cecilia Helena extrai a humanização do político baiano, sua busca em equilibrar a política e sua vida particular, esquivando quaisquer exaltações.

Tendo-os como referências neste artigo, fazer um liame analítico do itinerário individual com seu papel político no Segundo Reinado (1840-1889) parte de uma indagação que nos interessa: pesquisando determinado/a personagem se pode conhecer dimensões do passado? (SCHMIDT, 2012, p. 195)

Ousando perguntar isto, não necessariamente nesta ordem, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que tem sua notoriedade como Conselheiro Zacarias tanto em trabalhos científicos³ como em toponímias⁴, veio ao mundo em 05 de novembro de 1815 na então vila de Valença, na Bahia (VARGAS, 1977; CALMON, 1978; OLIVEIRAA, 2002), filho de família

³ Cf. VARGAS, Tulio. *Conselheiro Zacarias*. Grafipar. Curitiba. 1977.

⁴ Atualmente, em Valença há o colégio da rede pública Conselheiro Zacarias e a instituição privada de ensino superior Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG), credenciada pela portaria 190, publicada no Diário Oficial da União, em 25/01/2002 (www.fazag.du.br).



detentora de posses e tradição (idem) que pôde edificar um sobrado em 1807 com estrutura interna comum aos abastados⁵.

Se ele era ou não filho legítimo de Antônio Bernardo e Maria Benedita de Assunção Meneses e Vasconcelos (CALMON, p. 10), face insinuações de seus adversários contemporâneos (*Apud OLIVEIRAA*, p. 10), é o que menos importa, nascendo e crescendo numa residência espaçosa construída em terreno elevado localizado na margem direita, em direção ao mar, do rio Una, ou seja, na região onde Valença foi fundada desde o final do século XVIII⁶.

Zacarias viveu e conviveu sua infância em meio a uma sociedade baiana dividida entre senhores e escravos (MATTOSO, 1992, p. 172), arremedando essa base socioeconômica na vila seguindo os padrões locais. A nível da colônia, a efervescência independentista aumentava lentamente após o Brasil ser catapultado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarve, em 1815, coincidentemente mesmo ano de nascimento do rebento dos Góis e Vasconcelos.

Família real e corte portuguesas presentes no Brasil, Europa pós-napoleônica sendo remapeada, Revolução Pernambucana (1817) de caráter separatista e contra impostos, quilombos em quase todas as províncias, sociedade discrepante social e economicamente, culturas se amalgamando, prós e contras independência eram alguns ingredientes externos e internos que, de maneira direta ou indireta, contextualizaram Zacarias na sua formação pessoal e educacional, sendo esta última privilégio da elite bacharelesca que ele viria compor.

Isto se concretizou em 1837 ao obter o bacharelado em direito pela Academia de Olinda, Pernambuco (OLIVEIRAA, p. 10), voltando para ela como lente aprovado em concurso três anos depois. Naquele ano, em 1840, enquanto o lente Zacarias iniciava sua vida entre bancos, lousa negra e cadeiras, o império obtinha seu segundo mandatário pelo Golpe da Maioridade, recurso utilizado para arrefecer os animosos nove anos do Período Regencial (1831-1840) recheado de longas e nem tão longas⁷ revoltas pelas províncias.

⁵ Vide OLIVEIRAb, Edgard Otacílio da Silva. *Valença: dos primórdios à contemporaneidade*. Editora FACE. Valença-Ba. Impressão e acabamento EGBA. 2009. P. 65.

⁶ Elevada à categoria de vila em 1799, Valença foi primeiramente chamada de Povoado Amparo, situado nas terras da capitania de Ilhéus pertencentes à vila de Cairu. Cf. OLIVEIRAc, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença*. P. 5.

⁷ Chamemos atenção para revoltas dos kiriri sapuiás da vila de Pedra Branca, na Bahia, ocorridas entre 1833 e 1834, contra os moradores e autoridades daquela localidade por motivos fundiários. Sobre esse conflito *vide* PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca*. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba. 1985. Cf. também AMORIM, Jorge. *Entre a Serra e a Vargem: estudos sobre a história e as culturas de Varzedo nos séculos XIX e XX*. Exemplar gráfica e editora. Santo Antônio de Jesus-Ba.



Diminuídas as sublevações com a ascensão de Pedro II ao trono, mesmo isso não querendo dizer o fim, o professor de direito Zacarias foi seduzido pela política e disputou, em 1843, a eleição para deputado provincial pelo Partido Conservador. Apesar de ter ficado na suplência, a política ficou inoculada desde então no jovem senhor docente sob influxos do experiente Gonçalves Martins, “seu conselheiro e protetor” (VARGAS, p. 27).

Francisco Gonçalves Martins, visconde de São Lourenço, foi presidente da província da Bahia por duas vezes (1848-1852 e 1868-1872) representando o Partido Conservador. Sua relação com Zacarias deixou como fruto a presença do lente no ambiente político imperial por mais de três décadas, fazendo com que esse ultrapassasse seu guru ocupando cargos no legislativo e no executivo, comum a alguém de raízes bacharelescas ou nobiliárquicas.

Começando a ser reconhecido por sua atuação magisterial, a ambição normal à maioria dos bacharéis seria a política ou, conforme diz Schwarcz, constituir a plêiade ao redor das barbas imperiais na burocracia do Estado (1998, p. 119), caracterizando a “ilha de letrados arrodada por um mar de analfabetos” que era o Brasil do século XIX. Zacarias era componente daquela “ilha de letrados”.

“Terras do Una”, Valença, ontem e hoje, reminiscências

Zacarias foi filho de família abastada que morava em terras férteis às margens do rio Una, atualmente fazendo parte do município de Valença que está localizado na mesorregião do sul baiano, território de identidade do Baixo sul apelidado oficial e turisticamente de Costa do Dendê, pertencendo ao Sistema Costeiro-marinho que protege suas cinco praias⁸.

Muitíssimo diferente de outros tempos, a terra-natal de Zacharias de Góis e Vasconcellos⁹ acolhe alguns dos seus descendentes. Tem ocorrido, porém, certo dar de ombros tanto de autoridades públicas quando de parte da sociedade valenciana em relação à memória histórica, algo infelizmente recorrente na Bahia e no Brasil onde a desmemorização é contemporizada.

2007. Pp. 63-77.

⁸ Cf. informações em www.ibge.gov.br

⁹ Aqui seguimos a grafia original, mas no decorrer do artigo ela se atualiza.



Elevada à condição de cidade pela Lei provincial nº 368, de 10 de novembro de 1849 (OLIVEIRA, 1985, p. 5), auferindo o título de Industrial Cidade de Valença¹⁰ por meio daquele documento, Valença tinha já em 1844 uma das mais reconhecidas fábricas de tecidos da Bahia, a de Todos os Santos, inicialmente propriedade de Antônio Pedroso de Albuquerque, industrial e grande comerciante de escravos (TAVARES, 2001, p. 286)

Literalmente, as ruínas da fábrica estão no bairro do Candengo embrenhadas pela mata às margens do Una, rio assim denominado pelos povos originários e que significa “preto, escuro” no tupi de acordo Theodoro Sampaio no seu *O tupi na geographia nacional* (5ª ed. 1987). Na região mais urbana há o casario resistente edificado na parte antiga valenciana, o qual o descaso está beirando inclusive o sobrado onde Zacarias passou sua infância e adolescência.

Com área territorial de 1.123,975 km² (IBGE, 2021), população estimada em 97.873 (idem), abraçadas pelo bioma da Mata Atlântica, e distribuída em 24 bairros e 05 distritos, Valença tem sua economia baseada no setor de serviços, na CVI (Companhia Valença Industrial), produção agrícola (cravo, cacau, dendê etc.) e maricultura, sendo um polo na região do Baixo sul.

Essas descrições geográficas, históricas, demográficas e socioeconômicas de Valença remetem ao passado ao mesmo tempo que catapultam ao presente. É preciso, todavia, essas apresentações do *corpus* valenciano para se ter, *a posteriori*, noções sobre o esqueleto valenciano em tempos recentes. E faremos essa discussão como se fosse um passeio real pela atual Valença. Ou parte dela....

A rodovia estadual BA-001 direciona o transeunte que vem sentido Bom Despacho-Nazaré ou Santo Antônio de Jesus-Nazaré, cruzando literalmente o perímetro urbano de Valença, direcionando aos outros municípios do Baixo sul baiano. A outra estrada de rodagem, a BA-542, é o tronco asfáltico que desemboca na rodovia Governador Mário Covas, mais conhecida como BR-101. Essas veias rodoviárias mostram o entreposto que aquela cidade é.

Atravessando o bairro Jacaré, passando pelos da Lapa e da Graça, vencendo uma das atuais três pontes – Coronel Inocêncio Galvão, Luís Eduardo Magalhães e a da CVI – chega à parte antiga valenciana. Na margem esquerda, que abrange aqueles e mais outros bairros

¹⁰ Vide OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença*. 1985.



pululados do São Félix, está a região mais nova que aproxima – com diferença de 15 quilômetros aproximadamente – das famosas praias do Guaibim¹¹ e Taquari¹².

Do casario historicamente rico, que ainda não foi, *ipsis litteris*, tombado pela sanha “modernizante” importada de lugares próximos ditos esteticamente “avançados”, mantêm-se determinados o prédio da câmara municipal, os sobrados e o prédio do antigo teatro municipal localizados na Praça da República, as igrejas de Nossa Senhora do Amparo e do Sagrado Coração de Jesus, ambas do período colonial, a fazenda Estância Azul, o sobrado Zacarias de Góis e Vasconcelos, o prédio da Recreativa e a praça defronte, a Admar Braga Guimarães, ladeados por um casario datado do início do século XX.

Claro, e é preciso destacar, que além dessa riqueza arquitetônica que anda na corda bamba as ruas valencianas trazem um cheiro de cidade parada no tempo, com passeios estreitos, depredados, quando não têm parte dos seus espaços tomados por veículos. Artérias do centro, cognominado Calçadão, onde a economia de parte do setor de serviços é impulsionada, lembram joelhos que travam o trânsito. Em meio a esse cenário está a população de Valença e de locais adjacentes, de maioria afro-indígena.

A impressão que parcela dela tem sobre a cidade seja harmônica com uma fala proverbial: “Valença não é antiga, Valença é uma cidade velha”. Longe de comparar à estrutura físico-mental de alguém considerada acima da chamada melhor idade, o que se traduz daquele adágio genuinamente local é que a cidade parece estar atrofiada, tendo laivos de adequação ao presente, somente laivos.

Embora tenha encravado no bairro da Graça o Centro de Cultura Olívia Barradas, movimentado pelos grupos teatrais locais e do Baixo sul, escritores e poetas que mobilizam a cultura loco-regional, Valença parece fazer o andar do guaiamu, comum nos manguezais e restingas dessa parte da mata Atlântica: andar de lado, olhando para a frente, mas a seguindo sem avanços. Não que este seja um dos caracteres locais, pois sua população demonstra focar o horizonte.

Religiões e doutrinas cristãs (católica, evangélicas, neopentecostais, espíritas), de matriz africana, colégios públicos e privados, faculdades particulares e públicas representam comportamentos “moderno-conservadores”, ou seja, pessoas que têm em si ações

¹¹ Do tupi-guarani e significa “mulher velha ou experiente”.

¹² Do tupi-guarani e significa “cana pequena ou fina”. Conferir este termo e o da nota anterior em SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geographia nacional*. 5ª ed. Editora Nacional. Brasília. INL.1987.



conservadoras de valores humanos mescladas a interesses de evoluírem na sua vida profissional e intelectual.

Falta apoio de autoridades públicas para Valença sobrepujar o marasmo que a impede de desenvolver e, conseqüentemente, crescer?

Se um pesquisador sair pelas ruas realizando uma enquete, cuja pergunta seria: “Para você, o que faz Valença parecer estar ‘andando de lado’ e ‘parada no tempo’?”, certamente que 09 entre 10 diriam, sem pestanejar, ser culpa das autoridades políticas locais, as responsáveis, diriam ainda elas, pela falta de cuidado com as ruas, com o lixo, com a construção de um presídio federal na circunvizinhança, etc... Mas, como grande parte dos brasileiros, muitos valencianos decidem evitar olhar para o espelho para não verem algumas máculas...

Essa tentativa nossa de análise protoantropológica do imaginário comportamental valenciano parte da observação realizada pela *vivência* e *convivência* no local durante anos, iniciando por hipóteses históricas. Entender Valença hoje e o descaso ao passado, valorizado somente em ocasiões das datas festivas, é a forma *pari passu* de analisar seus problemas e tentar atenuá-los com projetos e propostas.

Para a visão científica nas ciências humanas granjear resultados objetivamente reais se fazem necessários a observação, o levantamento de hipóteses, justificativas, sendo lastreados por problemáticas. A empolgação que a temática provoca no início vai sendo arrefecida com as análises isonômicas, científico-rationais, porém sem excluir a abertura para os sentimentos e emoções que podem levar ao alcance de respostas além da cientificidade. O envolvimento literal – *viver* e *conviver* – é a força motriz que faz apreender hipóteses e conclusões pelo olhar, ouvir, cheirar e sentir.

Quando se tem todo esse quadro diante da trajetória de uma figura como Zacarias de Góis e Vasconcelos, isto é, ao habitar por anos no lugar onde a temática de um texto científico é bem anterior em termos cronológicos as indagações surgem aos montes, com o fim de decifrar enigmas. Do geral para o específico, do passado estudado para se compreender o agora, a tarefa científica é elaborada com parcimônia, isenção, ciclos e renitência.

Parando a viagem por aqui, a escolha em discutir o pensamento político *zacariano* e sua biografia – mais que prosopografia – perpassa intenções de trazer à baila questões do século XIX através de personagens como o conselheiro. Acrescente-se a isso, e aqui se traz o



observável, parcial desmemorização local acerca do conselheiro, a não ser como referencial de logradouro ou de instituição educacional.

Um lugar pode guardar mais da sua memória histórica do que outro, dependendo de várias estruturas. A educação é uma das principais. A integração entre história local, nacional e geral, na educação básica, é uma das chaves para adentrar um entendimento mais amplo e mais próximo entre o indivíduo, sua ação e relação com o mundo local, regional, nacional e mundial, primando pela história local quando esta for necessária ser inclusa.

A chamada para tal provocação está longe ser um incentivo de exaltação a Zacarias, ao bairrismo ou a outros nomes, pois é preciso evitar bailar à margem do precipício que vanglorie, satanize ou santifique alguém ou o lugar. A provocação é a de ter a medida do quanto indivíduos e acontecimentos que influenciaram na história local se tornam nuvens tempestuosas que marcam *por um* tempo e são esquecidas *pelo* tempo. Sinais dos tempos de muita informação, *sites*, redes sociais e *apps*? Pode ser. Voltemos a Zacarias e seu pensamento político.

Conselheiro anti-poder moderador

Entre os séculos XVIII e XIX o Brasil era colônia demarcada por capitânicas, economia concentrada nas mãos de senhores de engenho, garimpeiros, algodoeiros, fazendeiros e negociantes de escravos, revoltas escravas e formações de quilombos, sociedade escravocrata e povos indígenas aldeados ou distantes de contatos. Ainda com tudo isso, a colônia portuguesa na América era celeiro de microcosmos.

Afinal, São Vicente foi a responsável por ser a primeira vila fundada em 1532, significando que o Brasil “iniciou” a estrutura administrativa portuguesa a partir do local, de um microcosmo socioeconômico e político aos moldes portugueses. Valença galgou a condição de vila em 1799 e, meio século depois, em 1849, tornou-se referência municipal. Arrodeada pelos indígenas gueréns que estavam assentados e quilombos constituídos por escravos fugidos, a vila e depois Cidade Industrial de Valença era sinônimo de ordem e de sublevações.

Sob esse ambiente a força do catolicismo foi fincada pela presença de padres capelães que contribuíram, juntamente com a população local livre, proprietária e escrava, na construção da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo, datada de 1750 (OLIVEIRA^b, p. 52), e da



igreja matriz ao Santíssimo Coração de Jesus, em 1801 (idem, p. 63) O reflexo dessa organização religiosa foi um dos esteios na formação de Zacarias.

Além de aquela, a entrada na política o conduziu aos cargos de deputado provincial da Bahia (1844, pelo Partido Conservador), presidente da Província do Piauí (1845), da de Sergipe (1848), deputado geral (1848), ministro da Armada (1852) e presidente da Província do Paraná (1853). O ápice do poder político de Zacarias ocorreu ao ocupar, representando o Partido Liberal, a chefia do gabinete de ministros, ou Conselho de Ministros, entre 1866 e 1868, após indicação de dom Pedro II.

Período conturbado devido a presença do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870), a presidência do Conselho Ministerial por Zacarias era a continuidade da influência liberal no Império, capitaneadora de 21 gabinetes (FAORO, 1998, p. 354). Entretanto, nosso “parlamentarismo às avessas” era impedido de promover maior autonomia do parlamento simplesmente (!) por obediência ao poder Moderador, pessoal e constitucionalmente presente¹³.

O fato, todavia, diante disso conduziu o pensamento de Zacarias – notoriamente conhecido por conselheiro Zacarias por causa do seu cargo à frente do Conselho de Ministros – a ir na contramão da aceitação comum às atribuições do Poder Moderador, na prática o domínio elevado ao dobro pelo imperador. O trânsito por várias regiões do Império, seu proselitismo pessoal, seu catolicismo e sua leitura de autores liberais deram liga ao seu discurso anti-poder Moderador.

Esse discurso, referenciado ideias de François Guizot¹⁴, William Blackstone¹⁵, José Antonio Pimenta Bueno¹⁶, Benjamin Constant¹⁷ e Thomas Bahington Macaulay¹⁸, formulou sua principal obra *Da natureza e limites do Poder Moderador*, de início publicado anonimamente em 1860 (OLIVEIRAa, 2002). Em linhas gerais, Zacarias propunha menos atribuições – poderes! – ao ocupante dinástico do trono brasileiro, algo corajosamente pioneiro ante a popularidade de Pedro II.

Esse *ethos* do conselheiro era o de um liberal antiabsolutista defensor de um modelo representativo dos conselheiros de Estado capazes de atenuarem o Poder Moderador, poder

¹³ Artigos 98 a 101 da Constituição de 1824.

¹⁴ Historiador, professor, deputado, ministro e chefe de governo francês.

¹⁵ Jurista, conselheiro real e membro da Câmara dos Comuns inglesa.

¹⁶ Marquês de São Vicente, político e publicista brasileiro.

¹⁷ Estudioso, político e pensador franco-suíço.

¹⁸ Historiador e político liberal inglês.



superior que delegava “quaisquer que sejam as suas virtudes e talentos” a partir de alguém “colocado no cume do poder” (VASNCONCELOS, p. 44). Zacarias, como bom leitor de autores liberais, preparou um bojo de ideias em defesa de um Poder Moderador menor ou, quem sabe, extirpado a partir de emenda constitucional.

Independente de ele ser filho da elite proprietária de negócios da Industrial Cidade de Valença, interior da província da Bahia, o conselheiro Zacarias quiçá pensasse na possibilidade de trocar no Brasil o “parlamentarismo às avessas” pelo parlamentarismo aos moldes ingleses, dando o primeiro passo publicando sua obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* em 1860, mesmo utilizando o anonimato.

Conforme Tulio Vargas, um dos seus biógrafos que o descreveu como “fleumático e austero, inflexível e determinado” (VARGAS, p. 29), Zacarias sabia o chão onde pisava ao não se expor, de início, como anti-poder Moderador. Tanto que ao ser alçado à presidência do Conselho de Ministros era o ano de 1866, época em que questões externas (Guerra do Paraguai) e internas (divergências políticas entre liberais e conservadores) exigiram alguém sereno à frente da chefia parlamentarista.

Persuadido por dom Pedro II a assumir e “organizar um Ministério” (VARGAS, p. 102), Zacarias pode ter visto ali a oportunidade de colocar em prática o processo lento e gradual de exaurir os poderes quadruplicados do imperador e levá-lo para a regência constitucional ‘à inglesa’ (FAORO, p. 349). A europeização era forte na mentalidade de fatia da elite brasileira no século XIX, auge do cientificismo e do imperialismo europeus.

Lógico que dificilmente iremos ter noção se Zacarias era eurocêntrico, apesar de suas leituras e até a sua lua de mel terem como itinerário o “velho mundo” – epíteto de experiência dado aquele continente como sinônimo de sapiência e domínio. Mas por mais introvertido e fleumático que fosse, o conselheiro, à luz psicanalítica, apoiava-se nos influxos europeus na formulação dos interesses do seu ego (GAY, 1989, p. 96), o que é legitimamente humano.

É ousado, talvez, delinear sob tentativa a mente/psique de alguém que viveu há mais de 140 anos atrás, em outro contexto, mesmo com reminiscências em tempos coetâneos brasileiros. O espelho de Zacarias era a Europa, o “farol” para fatia elitista de países como o Brasil monárquico e escravocrata, regime e estrutura socioeconômica representantes do atraso.

Ainda palmilhando ousadamente pelo ideário de Zacarias, na sua obra ele expressa o catolicismo ao dizer que “um poder sem limites é um poder anticristão” (VASCONCELOS, p.



113), comparando o absolutismo à sua roupagem brasileira, o Poder Moderador. Mais, o conselheiro pró-clero era o mesmo pró-ideias iluministas liberalistas, frisadas em trechos como o “governo parlamentar é o governo do país pelo país” (VASCONCELOS, p. 199) e “poderes políticos são independentes entre si” (Idem, p. 94).

Esse “catolicismo iluminista” resumia a sua personalidade anti-Poder Moderador, algo que não impediu de galgar a chefia do gabinete ministerial pelas mãos majestáticas de Pedro II, a persona-mor do poder que ele, Zacarias, criticava lançando limitações. Com tudo isso, em 1868 o seu gabinete liberal caiu pela desconfiança da coroa (FAORO, p. 354), valendo-se esta ironicamente do Poder Moderador para fulminar gabinetes (idem, p. 358).

E, de novo, ironicamente, esse “quarto e dominante” poder, outorgado constitucionalmente por dom Pedro I em 1824, foi de encontro às ações *zacarianas*, resultando no confronto que levou a presidência liberal do Conselho Ministerial a ser *cambiada* pela presidência conservadora, tendo à frente o gabinete Itaboraí (OLIVEIRA, p. 13). Ainda que fosse tradição política indicar um nome para substituí-lo, Zacarias deixou o cargo com sentimentos amargos (CALMON, p. 13), mas permaneceu na política ocupando o cargo de senador.

A atitude de dom Pedro II sobre Zacarias ao dissolver seu gabinete pode ter sido o primeiro passo da bancarrota do Império duas décadas antes da troca do regime monárquico pelo republicano. Essa fogueira teve lenha adquirida com a discordância dos clérigos dom Macêdo Costa e dom Vital ao padroado, atribuição do imperador. Autuados e presos, ambos foram defendidos por quem?

Claro, Zacarias de Góes e Vasconcelos em parceria com outro jurista, Cândido Mendes de Almeida (MATTOSO, 1992, p. 323). Tempos da questão religiosa, uma das três trombetas da apocalíptica monarquia, em conjunto às questões abolicionista e militar, embora essa tríade litigiosa tenha sido o pretexto para o forçoso golpe liderado por militares na madrugada de 15 de novembro de 1889.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessando o *Google Maps* para sanar curiosidades, o nome *Conselheiro Zacarias* está espalhado em ruas e praças do Estado do Paraná, coincidentemente província instalada pelo



próprio Zacarias de Góis e Vasconcelos 170 anos completados em 2023, em maior número do que na Bahia e, especificamente, no município de Valença, Baixo sul baiano, sua terra natal.

Uma justificativa proverbial é a de que santo de casa não faz milagre, ou seja, a vida política de Zacarias fora expandida de Salvador para o Rio de Janeiro, capital da Corte, deixando em Valença, antiga Terras do Una e vila do Amparo, o que sobrou do sobrado – pedido de desculpas pelo trocadilho – da família, seu nome batizando um colégio e uma faculdade privada¹⁹.

Ruas, praças, instituições educacionais e residências são toponímias que formam o bojo de uma parte da escrita histórico-memorial (MEDINA, 2004, p. 35), algo relevante à análise historiográfica. Em se tratando de Zacarias, os logradouros e prédios que carregam seu nome – excetuando a FAZAG, instituição privada de ensino superior – ficam circunscritos ao lugar onde ainda está de pé o bissecular sobrado familiar, sabendo que as propriedades ao redor pertenceram aos seus pais.

Saindo desta discussão, direcionemos ao que propomos na titulação desta conclusão: qual a importância de estudarmos no Brasil de hoje o pensamento político do conselheiro Zacarias, sem anacronismos?

A questão primordial foi a inclinação intelectual do conselheiro a colocar fronteiras ao poder imperial, concomitantemente executivo e moderador na época, dando ascensão propositiva ao parlamentarismo. Possivelmente, esse olhar de Zacarias tratava compreender a cultura política de centralização mandonista, ação dispersa pelas províncias, cidades e vilas que possuíam suas extensões próprias de poder.

Não obstante ele evitar o destaque crítico ao poder local o conselheiro Zacarias enfrentava do seu jeito o “atraso do Brasil”, não pelo regime imperial em si, mas como este deveria excluir excessos, a exemplo do Poder Moderador, arremedo do “absolutismo esclarecido” adaptado aos trópicos. A inclinação ao parlamentarismo inglês tinha na sua fisionomia sisuda e casacas pretas um quê de anglofilia.

A era vitoriana influenciava mentes e comportamentos, porém em muitos desses as câmaras dos lordes e a dos comuns deveriam ser o espelho do mundo, e Zacarias estava entre aquelas mentes e comportamentos. Sua visão de totalidade do poder central mostrava seu

¹⁹ Sobrado Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, bairro da Triana; rua Conselheiro Zacarias e Colégio Conselheiro Zacarias, Praça 02 de Julho; Faculdade Zacarias de Góis (FAZAG), bairro do Jardim Grimaldi. Todos em Valença (Ba).



contexto, o que com a república mudou tenuemente com a “Era das Espadas” (1889-1894) e a “Política dos Governadores” (1894-1930).

Mutatis mutandis, os rótulos do poder central brasileiro mudam conservando determinadas essências de mando. A federalização defendida constitucionalmente no período republicano dá independência aos Estados e, mais recentemente, aos municípios. O problema está na sedutora concentração do poder central, principalmente quando se embasa nas leis para sua cristalização.

Agora, a leitura a qual requer discussões amplas à população se refere ao municipalismo. A definição deste aqui é a que diz respeito ao papel do município a partir das suas esferas locais representativas – executivo e legislativo –, suas atribuições através das Leis Orgânicas, seus comportamentos frente à população local e vinculações aos legislativos e executivos estaduais e nacionais. Sabe-se que o termo municipalismo teve em Lomanto Júnior seu representante na Bahia nos anos 1950 e 1960, como prefeito de Jequié em três gestões e governador da Bahia, além de outros cargos públicos²⁰.

O nosso municipalismo adentra pelas entranhas do local, abrangendo suas estruturas distritais, demográficas, econômicas, políticas e culturais, utilizando a leveza do equilíbrio científico acerca dessas análises. Ainda que haja a discordância quanto ao seu uso, este municipalismo trata de conduzir ao debate que o poder local permanece sendo um dos pilares do poder estadual, alargando-se ao poder nacional, em que a questão partidária é sobrepujada pelas coalizões interpartidárias.

No município brasileiro é que a vida em geral ocorre, desde pagamentos de impostos até interações pessoais. Nele, pessoas *vivem* e *convivem*: aprendem, brigam, criam laços, mudam de residência, reproduzem-se, fincam raízes na rua, conhecem o bairro, trabalham, fazem amor. O município é o início e o fim do indivíduo, pois ninguém mora no Estado ou no país, mora dentro dos limites municipais, conhecendo-o como um todo ou somente a sua rua. É no município que o cadinho personalista é praticado pelos indivíduos políticos locais, como vereadores e prefeito. Seus eleitores acompanham-nos por sua pessoa, independente da flâmula partidária.

²⁰ Lomanto Júnior (1924-2015) foi prefeito de Jequié, sua terra natal, por três gestões (1951-1955/ 1959-1963/ 1993-1997), deputado estadual (1955-1959), deputado federal por duas legislaturas (1971-1975/1975-1978), senador federal (1979-1987), depois de ter iniciado como vereador (1947-1951). Sua proeminência municipalista se deu ainda nos anos 1940 quando presidiu a Associação Nacional dos Municípios.



Mais, o último e não menos importante. O personalismo político no Brasil sobrepuja o partido político, indo do plano municipal ao nacional. A maioria da população escolhe a pessoa em primeiro lugar por razões sentimentais, carismáticas, retóricas, gestuais e comportamentais. O partido, segundo lugar. O viés *zacariano*, no âmbito oitocentista, digladiava contra o Poder Moderador; no século XXI, digladiemos contra “mitos” que teimam mais tutelar do que governar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Jorge. **Entre a Serra e a Vargem: estudo da história e das culturas de Varzedo nos séculos XIX e XX**. Exemplar gráfica e editora. Santo Antônio de Jesus-Ba. 2007.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. 2ª ed. Tradução Osmyr Faria Gabbi Junior. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1989.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. 1ª ed. Tradução Dora Rocha. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1998. Pp. 225-249.

MEDINA, João. “A toponímia – local de memória”. In: MATOS, Álvaro e RASGA, Raul (coord.). **Primeiras Jornadas de História local e regional**. (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Edições Colibri. 2ª ed. Lisboa. 2004. Pp. 35-44.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Editora 14. Coleção *Formadores do Brasil*. São Paulo. 2002.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2ª ed. Editora FACE. Impressão e acabamento EGBA. Valença-Ba. 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A Industrial Cidade de Valença (um surto de industrialização na Bahia do século XIX)**. Publicação da Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 1985. 22 p.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2003.



SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geographia nacional**. 5ª ed. Editora Nacional. Brasília. INL.1987.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2012. Pp. 187-205.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Editora UNESP, São Paulo; EDUFBA, Salvador-Ba. 2001.

VARGAS, Tulio. **O Conselheiro Zacarias**. Edição alusiva ao centenário de sua morte. Grafipar. 1977.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Da natureza e limites do Poder Moderador**. Introdução de Pedro Calmon (Pp. 9-15). Senado Federal. Brasília. 1978.

Artigo recebido em: fevereiro/2023

Artigo aceito em: julho/2023